



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1852822 - MS (2019/0369154-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : FABIO VIEIRA FERRAZ
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"EMBARGOS INFRINGENTES EM AGRAVO DE EXECUÇÃO - RECURSO DA DEFESA - COMUTAÇÃO DE PENA - DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.246/17 - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO - AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DA BENESSE AOS REEDUCANDOS EM RÉGIME FECHADO OU SEMIABERTO - PREVALÊNCIA DO VOTO MINORITÁRIO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, CONTRA O PARECER.

1. Como cediço, observados os requisitos legais, a concessão da comutação de pena se desenvolve à luz da conveniência e da oportunidade e, justamente por isso, perfeitamente admissível que a tanto sejam estabelecidas condições e regras inerentes à própria liberalidade que reveste o ato.

2. Por corolário, exurgindo que o Decreto nº 9.246/2017, ao dispor de forma expressa em seus artigos 3º e 4º, as situações em que são vedadas a concessão do benefício, sem contemplar o regime de cumprimento da pena, não há como dar guarida à pretensão neste particular deduzida.

Contra o parecer, recurso conhecido e provido." (e-STJ, fl. 209).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fl. 149).

O recorrente alega, em síntese, ofensa ao art. 8º do Decreto Presidencial nº 9.246/2017, o qual prevê textualmente a impossibilidade de o indulto ser concedido ao sentenciando cumprindo pena em regime semiaberto.

Requer seja revogada a comutação de pena concedida ao recorrido (e-STJ, fls. 163-172).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 177-193) e admitido o inconformismo, os autos ascenderam ao STJ.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 209-215).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Consoante se verifica dos autos, o recorrido, condenado a 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, encontrava-se no regime semiaberto, quando foi agraciado com a comutação de 1/4 da pena remanescente, com base no Decreto nº 9.246/97.

A propósito, confira-se o seguinte trecho extraído do aresto que apreciou os embargos infringentes:

"Como cediço, a concessão de indulto ou comutação de pena, aliás, indulto parcial, se afigura inserida no poder discricionário conferido ao Presidente da República, consoante artigo 84, XII, da Constituição Federal, respeitada a vedação prevista no inciso XLIII do artigo 5º da referida Carta.

Observados, portanto, os requisitos legais, a concessão se desenvolve à luz da conveniência e da oportunidade e, justamente por isso, perfeitamente admissível que a tanto sejam estabelecidas condições e regras inerentes à própria liberalidade que reveste o ato.

No caso versando, emerge que o deferimento da comutação de pena em primeira instância se deu justamente em razão do cumprimento dos requisitos previstos no art. 7º, I, 'b', do Decreto nº 9.246/2017. *In litteris* (fls. 17-18):

(...)

Conforme se infere, o apenado já havia cumprido lapso temporal suficiente, bem como critério de ordem subjetiva, atendendo, destarte, os requisitos objetivos traçados no Decreto alhures mencionado.

Ato contínuo, não procedem argumentos no sentido de que o indulto natalino e a comutação da pena do Decreto em questão seriam aplicáveis tão somente às pessoas que estivessem cumprindo pena em regime aberto.

Isso porque o artigo 8º, incisos I a IV, do Decreto nº 9.246/2017 não veda a concessão do benefício da comutação aos reeducandos cumprindo pena nos regimes fechado ou semiaberto.

De se ressaltar que o Decreto Presencial sob análise traz previsão da possibilidade de comutação aos reeducandos condenados à pena privativa de liberdade, uma vez cumprido parte da pena nela especificada, sem excepcionar àqueles em cumprimento da pena nos regimes fechado ou semiaberto.

D'outro vértice, de se ver que o rol do artigo 8º do Decreto Presencial é exemplificativo, na medida em que, tivesse o legislador a intenção de vedar o benefício, a determinado grupo de reeducandos, o faria de forma expressa, tal qual como consignou nos artigos 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 3º O indulto natalino ou a comutação de pena não será concedido às pessoas condenadas por crime:

(...)

Art. 4º O indulto natalino ou a comutação não será concedido às pessoas que:

(...)"

Volta-se a mencionar, em nenhum dos indigitados dispositivos consignou-se a vedação de concessão do benefício aos reeducandos em cumprimento de pena nos regimes fechado ou semiaberto.

Por corolário, exurgindo que o Decreto nº 9.246/2017, ao dispor de forma expressa, em seus artigos 3º e 4º, as situações em que são vedadas a concessão do benefício, sem contemplar o regime de cumprimento da pena, não há como dar guarida às pretensões neste particular deduzidas.

Aliás, nesse tom foi a abordagem do voto minoritário da lavra do Des. Ruy Celso Barbosa Florense, que negava provimento ao agravo de execução interposto pelo Ministério Público contra a decisão de primeiro grau que concedeu a comutação de pena. *In verbis* (fls.53-55):

(...)

Assim, desenvolvendo-se a comutação à luz da conveniência e oportunidade, consoante salientado alhures, perfeitamente admissível que a tanto sejam estabelecidas condições e regras inerentes à própria liberalidade que reveste o ato, sendo certo, por outro lado, que, ausente a vedação de concessão aos que resgatam sanção nos regimes semiaberto e fechado, possível se afigura o deferimento da comutação de pena na hipótese de cumprimento dos requisitos inerentes." (e-STJ, fls. 151-155).

Como se vê, o acórdão oburgado entendeu que o artigo 8º, incisos I a IV, do Decreto nº 9.246/2017 não veda a concessão do benefício da comutação aos reeducandos cumprindo pena nos regimes fechado ou semiaberto.

A propósito, assim dispõe o referido dispositivo legal:

"Art. 8º. Os requisitos para a concessão do indulto natalino e da comutação de pena de que trata este Decreto são aplicáveis à pessoa que:

I - teve a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos;

- II - esteja cumprindo a pena em regime aberto;
- III - tenha sido beneficiada com a suspensão condicional do processo; ou
- IV - esteja em livramento condicional."

Sobre o tema, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a análise para a concessão de comutação ou indulto limita-se aos parâmetros previstos no respectivo decreto, que é de competência privativa do Presidente da República.

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão foi proferido em sintonia com o entendimento recente desta Corte Superior, no sentido de que a norma prevista no art. 8º do Decreto Presidencial n. 9.246/2017 não proíbe a concessão da comutação aos condenados que cumprem pena no regime semiaberto, ou mesmo no regime fechado.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMUTAÇÃO DA PENA. DECRETO PRESIDENCIAL 9.246/2017. AUSÊNCIA DE ÓBICE PARA CONCESSÃO AOS CONDENADOS EM REGIME SEMIABERTO E FECHADO. AGRAVO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, os requisitos para a concessão do benefício do indulto e da comutação das penas são os expressamente previstos no decreto presidencial.

2. O Decreto 9.246/2017, ao dispor sobre a comutação da pena, não ressalva o regime prisional dos condenados que cumprem pena privativa de liberdade.

3. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não é norma proibitiva; não veda a concessão do perdão parcial aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto, apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do *sursis*, nem chegaram a ser apenadas (REsp 1828409/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

4. Agravo regimental provido para restabelecer a decisão concessiva da comutação da pena."

(AgRg no REsp 1826046/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 10/12/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. DECRETO PRESIDENCIAL N. 9.246/2017. INDULTO. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO AOS CONDENADOS EM REGIME SEMIABERTO OU FECHADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não veda a concessão do indulto aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto. Apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do *sursis*, nem chegaram a ser apenadas.

2. Com efeito, da leitura conjunta dos dispositivos legais, nota-se que as hipóteses de restrição estão todas descritas nos arts. 3º e 4º, de maneira expressa e taxativa, nada mencionando acerca dos condenados que cumprem pena no regime semiaberto ou fechado.

3. A melhor interpretação do art. 8º é no sentido de que as pessoas que cumprem pena no regime aberto também serão beneficiadas com o indulto/comutação da pena, ou seja, o art. 8º é inclusivo.

4. Em outras palavras, na redação do art. 8º do referido decreto está implícito no seu texto a expressão 'também', pois não teria sentido algum a concessão de indulto/comutação da pena somente às pessoas que estivessem nas hipóteses ali elencadas. Assim, o indulto/comutação da pena podem ser deferidos aos condenados que estejam cumprindo pena no regime fechado e semiaberto.

5. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não é norma proibitiva; não veda a concessão do perdão parcial aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto, apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do *sursis*, nem chegaram a ser apenadas. (REsp 1828409/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

6. Agravo regimental não provido."

(AgRg no HC 545.460/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 12/12/2019).

Desse modo, não se verifica a apontada ilegalidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator